

GÊNERO E SEXUALIDADE NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Nome da autora: Eloísa Bido¹

O presente escrito faz parte dos resultados de uma pesquisa maior. Este é o primeiro passo para estudar o que vem sendo produzido sobre políticas públicas, gênero, sexualidade e educação. Compreende-se então que falar sobre gênero e sexualidade é um desafio em qualquer área. Discutir e estudar Gênero e Sexualidades nunca foi uma tarefa fácil, principalmente quando o espaço da discussão é o escolar. Percebe-se que nos últimos anos, quando o conservadorismo toma espaço com ideologias religiosas a favor da família nuclear e da heterossexualidade, os avanços a respeito de gênero, sexualidade e diversidade na educação retrocedem com este novo movimento e o espaço plural e de promoção e valorização das diversidades é silenciado e padronizado.

A presente pesquisa foi desenvolvida a partir do objetivo de aprofundar e conhecer outras pesquisas que já foram feitas na área da educação partindo de um recorte utilizado como filtro para afinamento e seleção de dissertações. A escolha pela temática do estudo justifica-se pelos recorrentes acontecimentos e debates em torno de Gênero e Sexualidade nas práticas de ensino, políticas públicas e nas relações sociais, dentro de um debate nacional, como também, internacional.

Conceituando a palavra “gênero” a partir de Joan Scott, onde na década de 1980 reformula gênero como categoria de análise. O texto inicia com o que a autora considera “os usos descritivos de gênero”, convergindo gênero e relações de poder, uma primeira forma de dar sentido às relações (SCOTT, 1994).

Gênero é a organização social da diferença sexual percebida. O que não significa que gênero reflita ou programe diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres, mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais. Esses significados variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e no tempo, já que nada no

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação PPGE da Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC, campus de Joaçaba. Email: eloisabido22@gmail.com.

III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

corpo [...] determina univocamente como a divisão social será estabelecida. (SCOTT, 1994, p. 13). O que interessa para Scott são as formas de como se constroem significados culturais para essas diferenças. São símbolos construídos sobre a base da percepção da diferença sexual, utilizados para a compreensão de todo o universo observado, incluindo as relações sociais e, mais precisamente, as relações entre homens e mulheres (CARVALHO, 2011). Scott deixa a cargo da linguagem e do discurso, a construção de um ponto de vista social, a diferenciação de sexo e gênero. Há então, uma rejeição do determinismo biológico para repensar a relação entre homens e mulheres.

“Ao adotar o conceito de gênero como referência para a análise, procurou-se chamar a atenção para a construção social e histórica do feminino e do masculino e para as relações sociais entre os sexos, marcadas em nossa sociedade por uma forte assimetria.” (FARAH, 2004, p.48) Para essa autora, “o conceito de gênero foi incorporado pelo feminismo e pela produção acadêmica sobre mulheres nos anos 1970 e, desde então, tem sido interpretado de formas distintas por diferentes correntes do feminismo.” (FARAH, 2004, p. 48)

O interesse da autora em pesquisar Gênero e Sexualidade na Educação se formula a partir do pensamento de Teresa de Lauretis (1994, p.209) “a construção do gênero também se faz por meio de sua desconstrução”, sendo também, um posicionamento defendido por LOURO (2014, p.39) isso porque ela afirma que “ao aceitarmos que a construção do gênero é histórica e se faz incessantemente, estamos entendendo que as relações entre homens e mulheres, os discursos e as representações dessas relações estão em constante mudança. Isso supõe que as identidades de gênero estão continuamente se transformando”. Nesta perspectiva, pretende-se iniciar uma desconstrução, esmiuçando termos, leis e escritos, para que políticas afirmativas e inclusivas sejam face de uma educação progressista, pautada na valorização das diferenças para a construção de identidades com direitos em comum.

Ao realizarmos o levantamento de teses e dissertações nos portais e bancos de periódicos, uma pergunta norteadora foi traçada: Qual a relação entre “gênero”, “sexualidade” e o “plano municipal de educação”? O Plano Nacional de Educação é alterado, adaptado e modificado em um espaço de tempo de 10 anos e, conseqüentemente, os municípios baseiam seus planos no PNE. Estes documentos podem estar de acordo ou desacordo com a visão de políticos, pais, professoras e professores, e também, as instituições de ensino. E, nos últimos

Programas organizadores





anos, foi alvo de constantes ataques por partes de grupos e políticos religiosos e ideologias conservadoras.

Observamos a partir de outras pesquisas já publicadas e desenvolvidas, que estes ataques acontecem por vários motivos, e o principal, são as raízes ideológicas presentes nos discursos políticos contemporâneos, e, assim como gênero, complementa RIZZA e RIBEIRO (2017, p. 53) que “a partir de distintos dispositivos e estratégias, é que o discurso sobre a sexualidade foi sendo produzido no âmbito educacional”.

Neste sentido, buscamos produções de Pós-Graduação em nível de Mestrado que circundam e estudam essas políticas, bem como, a concepção de Gênero e Sexualidade, os debates e levantamentos empíricos elencados nos textos. Para aprofundamento da temática, realizou-se esta pesquisa em dois bancos de dados digitais, onde estão armazenadas teses e dissertações, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Para tal, utilizamos um recorte de palavras-chave que serviram como filtro para a pesquisa nos bancos de dados. Os respectivos termos: “gênero”, “educação”, “sexualidade”, “plano municipal de educação” foram separados pela palavra “AND”, aplicando um filtro à pesquisa, para um refinamento dos bancos de dados de dissertações fosse executado.

A partir desta pesquisa, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações foram encontrados 11 (onze) resultados, sendo destes, 11 dissertações. No entanto, somente 6 (seis) dissertações correspondem às palavras-chave da pesquisa. Já no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, foram encontrados 13 (treze) resultados, 11 (onze) dissertações e 02 (duas) teses. Destes resultados, foram excluídos 03 trabalhos por não contemplarem as palavras-chave e temáticas da pesquisa. No total, foram encontradas 16 dissertações que contemplassem a temática da pesquisa preterida. Outro elemento que foi levado em consideração foram publicações de no máximo 10 anos, ou seja, a partir de 2010.

A partir da leitura análise das dissertações encontradas, percebeu-se uma junção de pesquisa documental (planos, documentos, artigos) com pesquisa empírica (entrevistas, conversas, dinâmicas e vivências). Dessa forma, foram reunidos e analisados documentos, juntamente com depoimentos, vivências e dinâmicas de pesquisa, considerando a importância

Programas organizadores



UNIOESTE
CAMPUS DE
CASCAVEL

PPGE
Programa de
Pós-Graduação
em Educação



Mestrado
em Educação
UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ

UNOCHAPECÓ



PPGEd
Programa de Pós-Graduação
em Educação



de analisar como as políticas públicas são implementadas e quais os resultados dentro do contexto educacional.

No decorrer da leitura e análise das dissertações, percebeu-se que alguns os(as) autores(as) participaram da construção e dos debates dos Planos Municipais de Educação, contribuindo com uma análise crítica destas políticas. E, ainda, alguns/mas autores/as conscientes das principais tensões e debates acalorados acerca de alguns documentos que foram produzidos, destacam os principais e os mais comentados, sendo que, em seus escritos, foram analisadas normas e falas sobre diversidade, direitos humanos, gênero, sexualidade, igualdade.

Os principais documentos analisados são Projeto Escola sem Homofobia (2004), Programa Brasil sem Homofobia, Orientações Técnicas de Educação em Sexualidade para o Cenário Brasileiro (UNESCO 2013), Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH de 2006), Plano Nacional de Educação (2014) e também, Plano Municipal de Educação.

Ao perpassar as considerações finais desta análise, pode-se concluir que dentro de 10 (dez) anos (entre 2010 e 2020) muitos estudos e pesquisas foram produzidas acerca dos temas “gênero” e “sexualidades” nas políticas educacionais, notando-se assim um descontentamento diante dos retrocessos ocorridos perante as alterações em documentos de políticas públicas, das quais incluíam debates e estudos de relações de gênero na educação.

Nas dissertações encontradas também aparece uma crítica, como uma forma de resistência aos ataques sofridos pelos documentos de Políticas Públicas de Educação no Brasil, a produção científica. Além de que os autores se colocam nos textos como resistência e descontentamento pelas mudanças nestes documentos e políticas, pelos discursos de preconceito presentes nas entrevistas.

Ao finalizar essa reflexão sobre as dissertações revisadas, levantamos a seguinte questão: Retirar as palavras ‘gênero’ e “sexualidades” de documentos nas políticas públicas faz com que estes termos, deixem de existir na vivência escolar? É sobre isso que a pesquisa que se projeta pretende analisar.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Educação. Escola. Plano Municipal de Educação

Programas organizadores



UNIOESTE
CAMPUS DE
CASCAVEL

PPGE
Programa de
Pós-Graduação
em Educação



Mestrado
em Educação
UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ

UNOCHAPECÓ



PPGEd
Programa de Pós-Graduação
em Educação

III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

REFERÊNCIAS:

CARVALHO, Marília Pinto de. O conceito de gênero: uma leitura com base nos trabalhos do GT Sociologia da Educação da ANPEd (1999-2009). **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, p. 99-117, Abr. 2011. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782011000100006&lng=en&nrm=iso>. acesso em 16 Ago. 2020.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47, jan. 2004. ISSN 1806-9584. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000100004>>. Acesso em: 16 ago. 2020. doi:<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100004>.

LAURETIS, Tereza. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Tendências e Impasses - O feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

RIZZA, Juliana Lapa. RIBEIRO, Paula Regina Costa. Produzindo olhares sobre a sexualidade em políticas públicas educacionais. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa, CORPES, Joanalira (ORGs), **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017, p. 53-70.

SCOTT, J. W. Prefácio a Gender and Politics of History. **Cadernos Pagu**, n. 3, p. 11-27, 1 jan. 2007. Disponível em:

<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1721>>. Acesso em 16 ago 2020

Programas organizadores

